

PLANO DE TRABALHO ANUAL 2023

AGENTE DE CONTROLE INTERNO
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA



TEN-CEL QOPM SÉRGIO VIEIRA BENÍCIO,
CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

SUBTENENTE QPM 1-0 ROGÉRIO DOLENGA DOS SANTOS,
AGENTE DE CONTROLE INTERNO DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA



<u>1. INTRODUÇÃO</u>	4
1.1 CASA MILITAR DA GOVERNADORIA	4
1.2 OBJETIVOS	5
1.3 METODOLOGIA	6
<u>2. AGENTE DE CONTROLE INTERNO CASA MILITAR DA GOVERNADORIA</u>	7
2.1 ESTRUTURA	7
2.2 DESIGNAÇÃO E ATRIBUIÇÕES	7
2.3 ATUAÇÃO (METODOLOGIA DE TRABALHO)	8
<u>3. BASE LEGAL</u>	8
<u>4. AVALIAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO ANTERIORES</u>	100
<u>5. AÇÕES DE CONTROLE INTERNO – PLANEJAMENTO – CRONOGRAMA</u>	12
<u>6. DISPOSIÇÕES FINAIS</u>	200



1. INTRODUÇÃO

Em atendimento a Resolução CGE nº 55/2021, que institui a elaboração do Plano de Trabalho Anual para os agentes do NICS, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE, foi elaborado o presente Plano de Trabalho do Agente de Controle Interno da Casa Militar da Governadoria.

Considerando que, de acordo o artigo 2º, inciso VII da Resolução CGE nº 55/2021, Plano de Trabalho *“é a ferramenta utilizada para alcançar os objetivos/propósitos do órgão ou entidade, através da organização e sistematização das informações relevantes”*, cabe aos agentes setoriais definirem seus campos de atuação para o exercício de 2023, de maneira que fortaleça as coordenadorias da Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE e os pilares do Programa de Integridade e *Compliance*¹.

Devido ao potencial dessa ferramenta de gestão, o Agente de Controle Interno desta Casa Militar da Governadoria elabora, apresenta e publica seu plano de trabalho anual para que a Sociedade, os colaboradores desta Pasta e os Órgãos/Entidades compreendam e acompanhem as atividades que serão desenvolvidas.

1.1 CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

A Casa Militar, integra a Governadoria como Órgão essencial, fazendo, portanto, parte do conjunto de Órgãos auxiliares do Governador e a ele direta e imediatamente vinculados, para o desempenho de suas funções, nos termos da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, competindo a ela:

¹ Suporte da alta administração, avaliação de riscos, código de ética e conduta, controles internos, transparência, treinamento e comunicação, canais de denúncias, investigações internas, due diligence, auditoria e monitoramento

- I** - a assistência direta e imediata ao Governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar;
- II** - a coordenação das relações do Chefe do Poder Executivo com autoridades militares;
- III** - a recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao Governador;
- IV** - a transmissão e controle da execução das ordens emanadas do Governador;
- V** - a realização do suporte administrativo e logístico ao Governador e, subsidiariamente, ao Vice-Governador;
- VI** - a segurança pessoal do Governador, Vice-Governador e respectivas famílias, dos hóspedes oficiais e demais pessoas formalmente indicadas;
- VII** - a segurança física do Palácio Iguazu, pontos sensíveis e demais instalações indicadas;
- VIII** - o transporte aéreo e o transporte terrestre do Governador, Vice-Governador, Secretários de Estado e Superintendentes-Gerais;
- IX** - a produção e proteção de assuntos sigilosos de interesse governamental.

1.2 OBJETIVOS

O presente **Plano de Trabalho Anual (PTA)** descreve as **atividades que serão realizadas pelo Agente de Controle Interno desta Casa Militar da Governadoria durante o exercício de 20223**, as ações ordinariamente estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado e demais demandas oriundas dos Órgãos de controle externo.

Portanto, este PTA delinea as ações de controle interno com a finalidade de acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Casa Militar da Governadoria, além de propor eventuais medidas preventivas e corretivas, propiciando, conseqüentemente, segurança razoável na consecução da missão deste Órgão.

Há que se destacar que este não tem o propósito de findar o rol das ações a serem realizadas pelo agente de controle interno, mas delinear razoável planejamento e estabelecer as atividades prioritárias.

Nesse sentido, o direcionamento dado pelo plano de trabalho fomenta a adequada orientação aos profissionais do NICS/CM na tarefa de acompanhar as inúmeras e complexas obrigações a serem observadas pela Administração Pública no decorrer do exercício, bem como atender às exigências legais, à cultura organizacional e às metodologias desenvolvidas pela CGE, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento da transparência na gestão pública, bem como disseminar a cultura de ética e integridade.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia empregada para a elaboração do seu Plano de Trabalho compreende as seguintes fases:

- I. Levantamento das temáticas, considerando as experiências adquiridas na prática, os apontamentos de órgãos de controle externo, os anseios da sociedade civil e as legislações vigentes;
- II. Definição das atividades, priorizando os temas envolvidos no Plano de Governo, no Plano Plurianual, no Plano de Integridade e *Compliance*, bem como na Instrução Normativa nº 02/2023 da Controladoria-Geral do Estado;
- III. Elaboração do Plano de Trabalho;
- IV. Aprovação do Plano de Trabalho pelo gestor do órgão;
- V. Publicação e disponibilização o Portal da Transparência;
- VI. Encaminhamento para ciência da Controladoria-Geral do Estado.

2. AGENTE DE CONTROLE INTERNO DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

2.1 ESTRUTURA

A função do Agente de Controle Interno está definida no Decreto Estadual nº 2.741/2019 e na Resolução CGE nº 55/2021, sendo ele um dos integrantes do Núcleo de Integridade e *Compliance* Setorial - NICS, estando administrativamente vinculado ao NICS da Casa Militar e tecnicamente vinculado à Coordenadoria de Ouvidoria da Controladoria-Geral do Estado - CGE. Sendo assim, compete à Coordenadoria estabelecer as diretrizes técnicas de trabalho da função do Agente. As atribuições e competências dos Agentes de Controle Interno estão descritas na Resolução CGE nº 009/2014.

2.2 DESIGNAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

O Agente de Controle Interno desta Casa Militar da Governadoria, designado por intermédio da Portaria Casa Militar nº 14 de 31 de março de 2022, possui entre suas competências:

- Realização de inspeções, auditorias, diligências e vistorias;
- Instrução e emissão de pareceres que envolvam atos de gestão ou denúncias;
- Disponibilização de formulários de avaliação de controle;
- Elaboração de Relatório de Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo;
- Acompanhamento das ressalvas, determinações e recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR);
- Suporte na elaboração do Relatório e Parecer do Controle Interno;
- Acompanhamento da observância dos limites constitucionais;
- Integração de dados e informações para a prevenção e o combate à corrupção;
- Avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no PPA e LDO;

- Avaliação e monitoramento da execução dos programas de Governo.

2.3 ATUAÇÃO (METODOLOGIA DE TRABALHO)

Todas as atividades de atuação do agente de controle interno da Casa Militar da Governadoria são realizadas de acordo com a legislação aplicável ao tema, bem como diretrizes estabelecidas pela CGE.

Ao longo do ano são realizadas ações conforme as ações previstas neste plano de trabalho.

O Agente atua de maneira integrada com as ações definidas pela alta gestão do Órgão e pela chefia do Núcleo de Integridade e *Compliance* Setorial da Casa Militar, bem como com a Coordenadoria Controle Interno/CGE.

3. BASE LEGAL

O conjunto de atos que norteiam as ações do agente de controle interno estão segregadas em quatro grandes eixos:

- a) legislação básica;
- b) legislação geral do Poder Executivo Estadual;
- c) legislação específica da Casa Militar da Governadoria;
- d) legislação específica da Controladoria-Geral do Estado.

a) Legislação Básica:

- Constituição da República Federativa do Brasil;
- Constituição do Estado do Paraná.

b) Legislação Geral do Poder Executivo Estadual:

- Lei Estadual n^o 15.524/2007, que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, conforme especifica e adota outras providências;

- Lei Estadual nº 21.352/2023, que dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual e dá outras providências;
- Lei Estadual nº 19.857/2019, que institui o Programa de Integridade e *Compliance* da Administração Pública Estadual;
- Decreto Estadual nº 2.902/2019, que regulamenta a Lei Estadual nº 19.857/2019, que instituiu o Programa de Integridade e *Compliance* da Administração Pública Estadual;
- Decreto Estadual nº 8.038/2021, que estabelece a realização de *due diligence* na contratação de pessoal para ocupação de cargo de provimento em Comissão e de Função da Gestão Pública da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional.

c) *Legislação Específica da Casa Militar da Governadoria:*

- Decreto Estadual 2.680/2019, que aprova o Regulamento da Casa Militar;
- Decreto Estadual nº 10.483/2022, que promove alterações no Decreto nº 2.680, de 10 de setembro de 2019 – Regulamento da Casa Militar.

d) *Legislação Específica da Controladoria-Geral do Estado:*

- Decreto Estadual nº 6.929/2021, que altera e acrescenta os dispositivos que especifica ao Regulamento da Controladoria-Geral do Estado – CGE, anexo ao Decreto Estadual nº 2.741/2019;
- Instrução Normativa do CGE nº 01/2023, determina aos Agentes de Controle Interno a elaboração do Plano de Trabalho Anual, de acordo com suas atividades e competência;
- Normativa do CGE nº 02/2023, estabelece as diretrizes do Plano de Trabalho, referente ao exercício de 2023, dos Agentes de Controle Interno dos órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado do Paraná, bem como os respectivos fluxos de trabalho e prazos;
- Instrução Normativa do TCE/PR nº 176/2022. Dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise das Prestações

de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, relativas ao exercício de 2022, nos termos dos arts. 220 a 223 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências;

- Resolução CGE nº 08/2021. Solicita aos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Serviços Sociais Autônomos e Órgãos de Regime Especial, o encaminhamento das demandas recebidas de controles externos;
- Resolução CGE nº 05/2020. Estabelece procedimento padrão para o acompanhamento de atestados médicos pelos órgãos da administração direta, autárquica e órgãos de regime especial do Poder Executivo;
- Resolução CGE nº 55/2021. Especifica a composição, as diretrizes e as competências institucionais do Núcleo de Integridade e *Compliance* Setorial dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e explicita as atribuições e vedações aplicáveis aos servidores no exercício das funções desenvolvidas junto ao Núcleo.

4. AVALIAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO ANTERIORES

Para efeito de continuidade das atividades, preliminarmente, antes de adentrar no novo plano de trabalho, é necessário avaliar o cumprimento dos planos de trabalho anteriores, para que a depender do *status* das atividades, reprogramá-las para o novo planejamento.

ATIVIDADE	STATUS	EVIDENCIA
Elaborar, aprovar e publicar o Plano de Trabalho Anual (PTA/2022	Concluído	EP - 18.752.634-5
Elaborar relatório do Controle Interno para compor Prestação de Contas Anual – TCE/PR.	Concluído	EP - 18.768.578-8
Avaliar da estrutura de RH na área de contratação	Concluído	EP - 19.772.461-7
Verificar, avaliar e encaminhar relatório referente a atestados médicos	Concluído	Encaminhado relatório mensal conforme previsto na Resolução nº 05/2020 CGE.
Verificar, avaliar e encaminhar relatório referente a transferências voluntárias e quantitativo de pessoal	Concluído	EP - 18.789.027-6
Verificar, avaliar e encaminhar relatório referente ao acompanhamento do PPA & LOA	Concluído	EP - 18.792.391-3
Verificar, avaliar e relatar os contratos na fase interna	Concluído	EP - 19.272.990-4
Verificar, avaliar e relatar as prestações de contas da Central de Viagens (mensal).	Concluído	Relatórios mensais de auditoria encaminhados a Divisão Orçamentaria e Financeira
Verificar, avaliar e relatar os processos da Divisão de Seg. das Instalações e Pontos Sensíveis – DSIPS.	Concluído	EP - 18.879.654-0
Verificar, avaliar e relatar os processos da Divisão de Transporte Aéreo – DTA.	Concluído	EP - 18.936.339-7
Verificar, avaliar e relatar os processos da Divisão Orçamentária e Financeira – DOF.	Concluído	EP - 19.252.060-6

Verificar, avaliar e relatar os processos da Divisão Administrativa – DA.	Concluído	EP - 19.428.413-6
Monitoramento e avaliação dos apontamentos exarados pelo Tribunal de Contas do Paraná nos anos de 2020 e 2021	Em andamento	Avaliação e monitoramento constante das recomendações exaradas pelo TCE/PR

5. AÇÕES DE CONTROLE INTERNO – PLANEJAMENTO – CRONOGRAMA

Os trabalhos inerentes ao PAT/2023 serão desenvolvidos conforme o cronograma abaixo, salvo quando autorizado pelo Chefe da Casa Militar em situações devidamente motivadas.

Ação/Iniciativa I															
Elaboração da Prestação de Contas do exercício 2022 ao TCE/PR															
Objetivo	Esta ação visa atender as orientações previstas na Instrução Normativa 176/2022 – TCE, referente à prestação de contas do órgão relativa ao exercício de 2022														
Relevância		Plano de Governo													
		Plano Plurianual													
		Plano de Integridade e Compliance													
		IA-CM													
		Ação de controle e auditoria													
		BNDES													
		TCE: Instrução Normativa nº 176/2022													
		ESG/ASG: Governança													
		Outros:													
Prazo	3 meses			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Etapas	Análise e coleta das informações necessárias visando a elaboração do relatório e o parecer do controle interno.														
Recursos		Pessoal													
		Financeiro													
		Outros:													
Indicador	Envio do relatório dentro do prazo														

Ação/Iniciativa II															
Atender as demandas oriundas da Controladoria-Geral do Estado															
Objetivo	Atender as demandas oriundas da Controladoria-Geral do Estado														
Relevância	Plano de Governo														
	Plano Plurianual														
	Plano de Integridade e Compliance														
	IA-CM														
	Ação de controle e auditoria														
	BNDES														
	TCE: Instrução Normativa nº 176/2022														
	ESG/ASG: Governança														
	Outros:														
Prazo	12 meses			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Etapas	Análise, avaliação e encaminhamento dos Formulários encaminhados via sistema e-CGE .														
	Elaboração e encaminhamento quadrimestral do relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2020-2023 e Lei Orçamentaria Anual .														
	Análise e encaminhamento quadrimestral de Relatório das Transferências Voluntárias e Movimentação de Pessoal.														
	Análise e encaminhamento de relatório mensal de atestados médicos.														
	Outras solicitações emanadas pelo órgão														
Recursos		Pessoal													
		Financeiro													
		Outros:													
Indicador	Envio do relatório dentro do prazo														

Ação/Iniciativa III													
Atender as demandas oriundas dos órgãos de controle externo													
Objetivo	Esta ação visa atender as solicitações dos órgãos de controle externo.												
Relevância		Plano de Governo											
		Plano Plurianual											
		Plano de Integridade e Compliance											
		IA-CM											
		Ação de controle e auditoria											
		BNDES											
		TCE: Instrução Normativa nº 176/2022											
		ESG/ASG: Governança											
		Outros: Demandas CACO E SGA do TCE/PR											
Prazo	12 meses	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Etapas	Atender as demandas do Tribunal de Contas do Paraná (solicitações via sistema SGA e CACO).												
	Acompanhar as diligências dos órgãos de controle externo.												
	Solicitações de outros órgãos de controle externo												
Recursos		Pessoal											
		Financeiro											
		Outros:											
Indicador	Envio das informações dentro do prazo fornecido.												

Ação/Iniciativa VI													
Avaliação e monitoramento das determinações exaradas pelo Tribunal de Contas do Paraná													
Objetivo	Esta ação visa atender as solicitações dos órgãos de controle externo.												
Relevância		Plano de Governo											
		Plano Plurianual											
		Plano de Integridade e Compliance											
		IA-CM											
		Ação de controle e auditoria											
		BNDES											
		TCE: Instrução Normativa nº 176/2022											
		ESG/ASG: Governança											
		Outros: Acompanhamento dos Acórdãos do TCE/PR											
Prazo	12 meses	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Etapas	Esta ação tem por objetivo a avaliação e o monitoramento do cumprimento das recomendações, ressalvas e determinações exaradas pelo Tribunal de Contas												
Recursos		Pessoal											
		Financeiro											
		Outros:											
Indicador	Monitoramento das recomendações, ressalvas e determinações exaradas pelo Tribunal de Contas.												

Ação/Iniciativa V															
Realizar por amostragem, avaliação e monitoramento das Divisões/Setores															
Objetivo	Esta ação visa atender as solicitações dos órgãos de controle externo.														
Relevância	Plano de Governo														
	Plano Plurianual														
	Plano de Integridade e Compliance														
	IA-CM														
	Ação de controle e auditoria														
	BNDES														
	TCE: Instrução Normativa nº 176/2022														
	ESG/ASG: Governança														
	Outros:														
Prazo	12 meses			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Etapas	Verificar, avaliar e relatar os processos da Divisão de Seg. das Instalações e Pontos Sensíveis – DSIPS.														
	Verificar, avaliar e relatar os processos da Divisão de Transporte Aéreo – DTA.														
	Verificar, avaliar e relatar os processos da Divisão Orçamentária e Financeira – DOF.														
	Verificar, avaliar e relatar os processos da Divisão Administrativa – DA.														
	Verificar, avaliar e relatar os processos da Divisão de Operações e Segurança Aproximada – DOS.														
	Avaliar da estrutura de RH na área de contratação														
	Verificar, avaliar e relatar os contratos na fase interna (amostragem).														
	Verificar, avaliar e relatar as prestações de contas da Central de Viagens (mensal).														
Recursos		Pessoal													
		Financeiro													
		Outros:													
Indicador	Elaboração de relatórios de auditoria para chefia do órgão														

Ação/Iniciativa VI													
Elaborar relatório para subsidiar a gestão nas tomadas de decisão													
Objetivo	Esta ação tem por objetivo a elaboração de relatórios visando subsidiar, se necessário, os gestores na tomada de decisão.												
Relevância		Plano de Governo											
		Plano Plurianual											
		Plano de Integridade e <i>Compliance</i>											
		IA-CM											
		Ação de controle e auditoria											
		BNDES											
		TCE											
		ESG/ASG: Governança											
		Outros:											
Prazo		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Etapas	Estudos e análise de informações sobre as demandas recebidas para subsidiar a elaboração de relatórios.												
	Produção de relatórios.												
Recursos		Pessoal											
		Financeiro											
		Outros:											
Indicador	Entrega de relatórios.												

Ação/Iniciativa VII													
Capacitação dos agente de Controle Interno													
Objetivo	Realizar a capacitação do agente, por intermédio da participação de seminários, palestras, webinar, cursos ou outras ferramentas disponíveis.												
Relevância		Plano de Governo											
		Plano Plurianual											
		Plano de Integridade e Compliance											
		IA-CM											
		Ação de controle e auditoria											
		BNDES											
		TCE											
		ESG/ASG: Governança											
		Outros:											
Prazo	3 meses	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
	Participação de seminários, palestras, webinar, cursos entre outros.												
Recursos		Pessoal											
		Financeiro											
		Outros:											
Indicador	Participação em eventos.												

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Plano de Trabalho prevê ganhos de eficiência e governança relevantes para o desempenho das atividades do setor, além de estar diretamente alinhado com os planejamentos estratégicos de curto, médio e longo prazo do Governo do Estado do Paraná e da Casa Militar da Governadoria, bem como com o conjunto de atos normativos inerentes às competências específicas do agente de controle interno deste órgão.

Por fim, este documento contempla as ações do Agente de Controle Interno da Casa Militar da Governadoria para o exercício de 2023, cabendo destacar que as atividades descritas neste planejamento serão prioritariamente trabalhadas ao longo do ano, e podem sofrer alterações tanto nas suas etapas quanto nos períodos a serem executados, tendo em vista novas demandas que surjam no decorrer do exercício, bem como atualizações e edições de atos normativos, devendo ser incluídas neste plano a fim de promover o adequado cumprimento da legislação vigente, do controle e transparência às atividades desenvolvidas por esta Pasta.

Curitiba, PR, 06 de fevereiro de 2023.

Assinado eletronicamente

Subtenente QPM 1-0 Rogério Dolenga dos Santos,
Agente de Controle Interno da Casa Militar.

Concordo:

Assinado Eletronicamente

Cap QOPM Arnaldo de Oliveira Júnior,
Chefe do Núcleo de Integridade e *Compliance* Setorial

Aprovado:

Assinado Eletronicamente

Ten.-Cel QOPM Sérgio Vieira Benício,
Chefe da Casa Militar da Governadoria.